



## **CONCLUSÕES**

### **DO CONGRESSO DO TEJO III**

A TAGUS VIVAN tomou a iniciativa de promover a realização do Congresso do Tejo III, precedido de um Ciclo de Conferências Preparatórias, que decorreram desde Outubro de 2016, dez anos depois da realização do II Congresso do Tejo no ano de 2006. Mais uma vez foi considerado que era chegada a altura oportuna para dar a conhecer ao país o Tejo real com os seus problemas, as suas carências e as suas potencialidades. Verificou-se que a Administração Central foi eliminando, durante os últimos anos, a anterior política de reformas importantes para uma moderna e eficiente gestão de recursos hídricos, invocando a crise económica que se instalou, que alarmou e penalizou a Sociedade Civil.

As Conferências Preparatórias do Congresso do Tejo III tiveram como objectivo principal cobrir regionalmente o Rio Tejo, enquanto que o Congresso teve como objectivo principal cobrir o Rio Tejo de uma forma temática global.

De montante para jusante as Conferências Preparatórias foram designadas respectivamente como:

Alto Tejo Português e Tejo Internacional (em Vila Velha de Ródão)

Médio Tejo, Sustentabilidade do Rio Tejo (em Vila Nova da Barquinha)

Lezíria do Tejo, Sustentabilidade do Rio Tejo e Políticas de Desenvolvimento (em Samora Correia)

Navegabilidade do Tejo (em Vila Franca de Xira)

Estuário do Tejo (em Vila Franca de Xira)

Embora cobrindo regionalmente o Rio Tejo, pelo facto de em cada troço haver uma predominância de uns aspectos em relação aos outros, verifica-se que os vários temas regionais, também estiveram presentes no Congresso, sendo por esse motivo elaborar umas conclusões únicas, abrangendo as Conferências Preparatórias e o Congresso propriamente dito. Quer nas Conferências Preparatórias, quer no Congresso, a TAGUS VIVAN teve a preocupação de convidar os oradores pertencentes a entidades públicas



e privadas, conhecedoras da utilização do Rio Tejo, cidadãos, políticos, técnicos e cientistas.

Na elaboração das Conclusões e Recomendações deste Congresso foram tidas em consideração todas as comunicações apresentadas, bem como as informações que os promotores do Congresso do Tejo III tiveram acesso, pela sua experiência directa e contactos informais com as mais variadas pessoas conhecedoras do Rio Tejo.

Estas Conclusões, em sequência as Recomendações constituem um conjunto alargado de propostas objectivas e oportunas apresentadas de uma forma hierarquizada pela sua emergência, importância, pertinência, oportunidade, inovação e impacto para servirem de orientação, apontar caminhos e medidas correctivas a tomar, propondo até algumas soluções.

Seguindo este raciocínio, foi adoptada a matriz das Conclusões do II Congresso do Tejo, isto é, é feita uma relação de alguns princípios que são considerados fundamentais, tendo como matriz base o desenvolvimento do Tejo com a envolvência social e económica do seu vale.

O diagnóstico do rio Tejo deve ter por base aspectos técnicos e de conhecimentos dos fenómenos fluviais, dos recursos naturais, dos recursos económicos e da sociedade.

As medidas de acção e desenvolvimento terão de integrar o preconizado na Directiva Quadro da Água, e outros documentos legais, nacionais, europeus e internacionais, e incluir parcerias entre cidadãos, associações, entidades privadas e entidades públicas.

O ciclo de conferências, de índole regional, permitiu analisar a realidade actual do rio Tejo, da água, da sua utilização, das dificuldades e das possibilidades, permitindo preparar o Congresso do Tejo III.

**Ao percorrer o rio Tejo de montante para jusante, são enunciadas as conclusões com base nas Conferências Preparatórias e no Congresso.**

**No Tejo Internacional e Alto Tejo Português, no corredor fluvial Alcântara e Vila Velha de Ródão:**

Há um destacado valor natural e cultural neste corredor fluvial, bem como planos estratégicos para a protecção e valorização do Rio Tejo.



Há uma Associação de Estudos do Alto Tejo.

O conhecimento do Vale do Alto Tejo, tem tido em consideração os valores naturais e culturais, a presença humana antiga, o património arqueológico, a definição das fronteiras desde o 6º milénio até ao Tratado de Alcañices, a arquitectura, a navegabilidade comercial, turística e desportiva e a oferta turística.

Há o Geopark Naturtejo, património da UNESCO, e poderá haver uma Paisagem Cultural do Tejo, um memorial da humanidade.

**No Médio Tejo, em que é essencial a existência de caudais ecológicos, os ecossistemas Taganos e a garantia da sua sustentabilidade:**

A existência de uma monitorização internacional, com um adequado cumprimento da Convenção de Albufeira, com um conhecimento em tempo real dos caudais afluentes a Portugal, provenientes de Espanha.

A existência de um eficaz Plano de bacia Hidrográfica do Tejo, e uma APA actuante, garantindo o cumprimento da Directiva da Qualidade da Água.

A definição de caudais ecológicos, garantidos e de acordo com o direito internacional.

A produção de Energia Hidroelétrica, pela EDP, subordinada a outras utilizações e integrada com os outros tipos de produção, e com regularização de caudais, bem como o controlo de cheias em articulação com o Comité Permanente e Gestão de Albufeiras e com a Agência Nacional de Protecção Civil.

A intervenção das Câmaras Municipais na utilização dos recursos hídricos e na gestão do território.

**Na Lezíria, a sustentabilidade do Rio Tejo e políticas de desenvolvimento:**

Região que se caracteriza por incluir um troço fluvio-estuarino, com uma hidrodinâmica complexa e predominância de solos para actividades agrícolas, e a disponibilidade da água do Rio Tejo para consumo humano, considerando a quantidade e a qualidade.

O aproveitamento hidroagrícola da lezíria, a indústria agro-alimentar, a protecção da natureza, o turismo e as políticas desenvolvimento.



### **A navegabilidade no Rio Tejo:**

A gestão do leito móvel, a monitorização hidráulica e avisos de variação de caudais.

Fauna, flora, qualidade da água e as estruturas verdes, e as paisagens fluviais.  
O Observatório de Paisagem do Tejo

Dificuldade de navegação no rio e a navegação no estuário, profundidades e larguras mínimas de canal navegação.

Implantação de canais de navegação, sinalização, segurança, ajuda à navegação, gestão do tráfego e regulamentação da navegação.

Enquadramento, escalas, portos, cais, rampas, tipologia de frotas.

### **O estuário do Tejo:**

Caracterização física do estuário, a distribuição sedimentar e cartografia do leito aluvionar, a maré, o raso de maré, o sapal e as ocupações antrópicas.

A construção naval, a actividade marítimo-turística e a náutica de recreio.

### **O Congresso do Tejo III foi concebido com a seguinte estrutura:**

Conferência de Enquadramento

Painéis Presente e Futuro, com um total de quatro pares de temas

Portugal e Espanha e Acordos com Espanha

Questões técnicas e administrativas e Planeamento de recursos hídricos e ambientais

Conflitos de usos e Gestão com participação da sociedade

Riscos (cheias, secas e poluição) e Controlo de riscos

Escrita da Carta de Lisboa após a Congresso



## **Portugal e Espanha e Acordos com Espanha**

A água no Rio Tejo em Portugal está dependente da água proveniente de Espanha, que é controlada pela grande albufeira de Alcântara, e distribuída a jusante pela Barragem de Cedillo.

A gestão compartilhada dos recursos hídricos da bacia do Tejo está definida pelos Acordos de Portugal e Espanha, de 1964 e 1968, com as definições dos volumes integrais mínimos da Convenção de Albufeira de 1998, em vigor desde 2000.

Tanto em Portugal como em Espanha não é consensual que os Acordos e a Convenção sejam adequados a todos os interesses dos dois países. Há quem defenda que tudo estar a ser cumprido, há quem defenda que o grau de cumprimento é baixo, e incerto, isto é, a monitorização dos valores é incompleta e não calibrada.

Também é reconhecido que os dois países devem melhorar a gestão dos recursos hídricos, havendo apenas um compromisso europeu de melhoria da qualidade físico-química e biológica da água, através da Directiva Quadro da Água, mas que não abrange todas as questões inerentes à gestão dos recursos da água, em cada país e nos dois países em conjunto. Em última análise, a solução segundo o direito internacional é de diplomacia, entre dois estados soberanos.

## **Questões técnicas e administrativas e Planeamento de recursos hídricos e ambientais**

A APA informou que uma das acções para mitigar pressões na gestão dos recursos hídricos é a promoção da eficiência das utilizações, pela avaliação da sustentabilidade das Taxas de Recursos Hídricos (TURH), face às disponibilidades, e pelo planeamento agrícola em função das disponibilidades hídricas, bem como a existência de uma plataforma electrónica única para a simplificação de licenciamentos em áreas da competência da APA, Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), sendo o sistema dinâmico e adaptado às circunstâncias.

No mesmo sentido de aumentar a defesa do ambiente foi feita uma alteração do Regime de Caudais Ecológicos (RCE) no Rio Tejo (efluências de Castelo do Bode, Pracana e principais barragens do Sorraia, e, no regime de exploração



hidroeléctrico do Tejo (Fratel e Belver), que passam a turbinar o mesmo volume de água distribuído por dois períodos de quatro horas.

Foi chamada a atenção de que a Directiva Quadro da Água se destina a assegurar o bom estado das massas de água e que para isso tinha sido necessário proceder à classificação do estado/potencial ecológico das massas de água de superfície.

Foi posto em causa o elevado número de estações de monitorização existentes, e sido indicando que não era a quantidade que interessava mas sim a qualidade e a eficácia para a classificação das massas de água e para a tomada de decisões de gestão.

Foi referido que em muitos casos os processos de licenciamento não estavam suficientemente informados com dados de base e que existia um grande desconhecimento de informação, ou com informação de base antiquada, sem medições e monitorização, e que as redes de monitorização e parâmetros a monitorizar estavam desadequadas; bem como foram colocadas reservas relativamente aos dados disponíveis (falta) e à sua qualidade

Foi chamada a atenção para que na concessão de licenças ambientais, na maior parte dos casos, não atendem à realidade do rio e que os valores limites de emissões são estabelecidos como se houvesse uma capacidade infinita de recepção.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), que consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva nº 2001/42/CE, de 25 de junho, tornou-se necessário a elaboração da Avaliação Ambiental de Planos e Programas, na qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da sua aplicação e as alternativas que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos.

Considerando fundamental a definição de um programa de acção para se assegurar o contributo da AAE na fase de implementação dos Planos, houve uma referência ao papel da Participação Pública, através do envolvimento e participação da administração, dos stakeholders/actores-chave e da população, pois incentivando-se o debate dos problemas e a procura das soluções, podem criar-se responsabilidades colectivas na gestão dos recursos hídricos.

Foi reconhecida a necessidade de construir um modelo integrado de simulação da qualidade da água na bacia do Tejo nacional, que permita estabelecer as relações entre pressões e efeitos e que é necessária informação para um adequado planeamento e suporte à tomada de decisões e tal determina um



esforço continuado de monitorização, e de disponibilidade e partilha de dados ao nível da bacia hidrográfica.

A análise da história dos recursos hídricos em Portugal mostra uma melhoria da capacidade de planeamento dos recursos hídricos desde os anos setenta, chegando no início do século XXI à criação das Administrações de RH's (ARH's), entidades regionais coordenadoras. Mas a seguir ao estabelecimento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que não tinha a necessária sensibilidade e motivação para a gestão da água, foi feito o desmantelamento dos progressos alcançados, só se mantendo os serviços de água e assistindo-se a medidas desagregadoras (dos fundos de recursos hídricos) e à má utilização das taxas recolhidas.

É imperioso criar novas entidades administrativas, e estabelecer uma Entidade Nacional da Água (coordenação) e autoridades regionais, em vez de distribuir competências nas CCDR's. É necessário estabelecer conexões entre RH's e, nomeadamente, os recursos florestais. A gestão efectuada por regiões administrativas (CCDR's) não é adequada, em comparação com as Regiões Hidrográficas, face à permeabilidade das fronteiras administrativas.

Foi afirmado que a paisagem como elo de ligação, em que se deve considerar os seguintes objectivos: o território do Tejo – distintas competências, atribuições e instrumentos; conceitos de paisagem (cultural da UNESCO e da Convenção Europeia da Paisagem, CEP), implementação da CEP em Portugal, unidades de paisagem no Tejo português; a variabilidade do leito; as marcas de cheias; as comunidades e usos tradicionais e o estuário e foz do Tejo. Há 3 unidades de paisagem no Tejo português, e no estuário há várias UP, nas margens norte e sul. Foram enunciadas as oportunidades que a paisagem proporciona, e referida a importância dos observatórios de paisagem.

### **Conflitos de usos e Gestão com participação da sociedade**

Os valores anuais da precipitação média em Espanha (636 mm) são inferiores aos que ocorrem em Portugal (813 mm), e o crescente aumento da capacidade de armazenamento, fez modificar a distribuição do escoamento anual, e as afluências e as descargas das albufeiras, e em consequência as que são recebidas em Portugal.

As necessidades de água em Portugal e Espanha, tendo em consideração as áreas das bacias, a população e as áreas regadas, e ainda os usos consumptivos para a agricultura, urbano, indústria, pecuária, podem ser comparadas, cabendo a Portugal 1346 hm<sup>3</sup> e a Espanha 2799 hm<sup>3</sup>. No futuro devem ser tidas em conta as previsões de vários cenários de alterações





climáticas, podendo fazer decrescer o escoamento anual, de -14% a -25%, bem como devem ser feitas as comparações dos balanços hidrológicos em regime natural e com alteração climática e as modelações dos escoamentos mensais.

O maior consumo de água ocorre na agricultura. O regadio não cresceu, só consolidou, na ordem dos 140 000 ha. A água proveniente de Espanha é dependente das boas relações entre países, e será importante aumentar o controlo da água em Portugal, nomeadamente, no rio Ocreza, com a construção da barragem do Alvito. O acréscimo de regadio implica investimentos, sendo necessário repensar o desenvolvimento, os seus custos e a inserção na política Europeia.

O consumo prioritário é o de abastecimento urbano. O sistema de abastecimento de água, na grande região urbana de Lisboa e no Oeste, abrange 3 000 000 de pessoas, cerca de um terço da população de Portugal, em cerca de 11% dos municípios portugueses. O sistema de distribuição para Lisboa, tem 200 000 m<sup>3</sup> de procura diária. As duas principais fontes de água estão situadas na albufeira de Castelo de Bode (80% da água), no rio Zêzere, e Valada Tejo, no rio Tejo (15% da água). Nos últimos 11 anos as perdas na rede de distribuição decresceu de cerca de 24% dos volumes captados para um mínimo de 8% em 2014. O compromisso da EPAL é continuar a assegurar uma Gestão Eficiente do Recurso, manter a total disponibilidade para um diálogo e articulação permanente com os diversos *stakeholders*, em especial aquando de situações de escassez, e continuar a assegurar um elevado grau de resiliência às vulnerabilidades climáticas e de origem antropogénica.

A produção da energia na bacia do Tejo não é a primeira prioridade na exploração das albufeiras, sendo precedida pelo consumo humano, a irrigação, a navegação e recreação, a mitigação dos efeitos da seca, o consumo industrial e pela gestão e controlo de cheias. A gestão das albufeiras é efectuada de acordo com regras estabelecidas e em articulação com as entidades competentes.

A exploração das centrais portuguesas do Tejo é fortemente dependente da exploração efectuada nas barragens espanholas. A gestão da produção de energia, além de depender de Espanha, de acordo com as regras de exploração, pode lançar caudais articulando com os usos e necessidades, por exemplo, Belver pode lançar um caudal superior a 150 m<sup>3</sup>/s para a criação de condições à realização de diversas actividades no rio, desportivas ou culturais.





A navegabilidade no estuário do depende do mercado, da avaliação económico-financeira e da operacionalização. Existe a possibilidade em incentivar a intermodalidade marítima, fluvial e terrestre, com a meta de diminuir em 20% as ligações em transporte rodoviário de e para os portos, através da cidade e em aumentar o tráfego fluvial de mercadorias (transporte fluvial até Castanheira do Ribatejo), em articulação com outras actividades nomeadamente a náutica de recreio, a marítimo-turística e o tráfego fluvial de passageiros. Existem as oportunidades do crescimento de contentores, restrições à circulação rodoviária e os mercados logísticos, mas também os factores críticos nos canais de navegação, na balizagem e na isenção de pagamento de taxas portuárias.

É importante a Participação Pública (PP) na criação de um futuro sustentável, tornando-se necessário o cruzamento dos conhecimentos técnico-científicos, a constituição de comunidades de prática, em diálogo genuíno e processos colaborativos, a identificação de objectivos instrumentais e sociais (construção em conjunto) e o estabelecimento de agendas colectivas, transversais e inclusivas. Foi ressaltada a relevância de se construir uma inteligência colectiva (em espaço de interacção e aprendizagem conjunta), baseada na comunicação, participação activa e priorização de objectivos. Por último, foi sublinhada a grande importância de desenhar, cuidadosamente, o tipo e configuração da participação.

Foi referida a importância das pessoas para o processo, porque trazem conhecimento, aprendem e são informadas, esclarecem-se quanto às dificuldades/restrições do projecto, contribuem, tornam-se parte activa, apropriam-se do projecto/processo, constroem o entendimento e defendem o projecto, podendo conduzir a melhores soluções.

### **Riscos (cheias, secas e poluição) e Controlo de riscos**

O risco é interacção entre a ameaça de acidente (probabilidade de ocorrência física), a exposição de uma comunidade (estrutura social) e a sua vulnerabilidade. Há uma necessidade de insistência para a consolidação de uma consciência de preparação para se lidar com as ameaças e há uma estratégia da EU para as acções de adaptação às ameaças, pela via das medidas estruturais e regulamentares, com incidência na atenuação do acidente.

A vulnerabilidade às cheias no Tejo tem vindo a aumentar e os sistemas de Vigilância e Alerta de Cheias são vitais para atenuação da vulnerabilidade às



cheias. Mas existe falta de informação e de dados, bem como credibilidade nesses mesmos dados.

O caudal no rio Tejo ao longo do ano reflecte a procura de energia, determinado pelo Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), que determinam a irregularidade dos caudais no rio (picos de caudais), em grande parte de forma independente das afluências de Espanha. Os caudais no Tejo têm vindo a diminuir, nomeadamente, a frequência de acontecimentos extremos (aumento dos períodos de retorno).

A hidrometria, que não tem sido suficientemente cuidada, e particularmente não tem sido acompanhada a evolução das estações hidrométricas (zeros das escalas), pelo abaixamento dos fundos, devido à dinâmica dos leitos aluvionares. É indispensável estabelecer trocas de informação e sintonias com Espanha para a gestão de recursos hídricos, em particular de caudais, com Espanha; principalmente o amortecimento de caudais em Alcântara.

As secas têm um carácter continental, sendo ainda as secas de maior duração e intensidade no rio Tejo, e na península ibérica, as dos anos hidrológicos 1944/45 e 1949/50. Poder-se-á afirmar que o Tejo é seguro.

Neste aspecto em Portugal, mais do que queixarmo-nos devíamos aprender com Espanha, no *Plano Especial de Sequia* (PES). Os PES são um instrumento idóneo para a gestão prudente e parcimoniosa dos recursos hídricos. No PES do Tejo são definidas as 17 Unidades Territoriais de Escassez (UTE), e para cada UTE são definidos os valores limites das várias situações de seca (pré-alerta, alerta e emergência). Portugal deveria elaborar o nosso Plano Especial de Seca para a bacia do Tejo em Portugal.

### **O Passado, o Presente e o Futuro**

No passado houve uma evolução dos modos de gerir os recursos hídricos, com Convénios com Espanha, em 1964 e 1968, com a Directiva Quadro da Água, no início do século XXI, de âmbito europeu, e com os vários exemplos a nível mundial.

O presente revela que passamos, em geral do pior para melhor, com uma Convenção de Albufeira a balizar as relações entre estados, com a evolução da conectividade social, com redes sociais que permitem intervenções em tempo real por qualquer pessoa, com um muito diferente relacionamento entre administração e pessoa, e uma possibilidade de intervenção técnica muito mais actuante.



A prospecção para o futuro deve ser feita com base na construção de cenários que tenham em conta as evoluções plausíveis de vários comportamentos sociais, económicos, técnicos e naturais, e principalmente, sentar à mesma mesa os vários utentes das várias valências dos recursos hídricos. E de uma acrescida participação pública.

20 de Julho de 2018

João Rocha

Miguel Azevedo Coutinho